

SPAT SANEAMENTO S.A.

**Laudo de avaliação do patrimônio líquido
contábil apurado por meio de livros contábeis
em 31 de março de 2024**

Approach Auditores Independentes

Spat Saneamento S.A.

LAUDO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL APURADO POR MEIO DOS LIVROS CONTÁBEIS

Aos diretores da
Spat Saneamento S.A.
Suzano - SP

APPROACH AUDITORES INDEPENDENTES S/S, Companhia simples com sede na Cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Gurgel, 1.041, Centro, inscrita no CNPJ/ME sob nº 06.017.215/0001-00, com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC/SP sob nº 2SP023119/O-0, na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 11.223, registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas, da cidade e comarca de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, sob nº 2.019, neste ato representada por seu sócio administrador, **LEANDRO ANTONIO MARINI PIRES**, contador legalmente habilitado, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC/SP sob o nº 1SP185.232/O-3, portador da cédula de identidade RG nº 25.197.755-9, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 164.617.348-13, residente e domiciliado na Cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, empresa nomeada para avaliar, com data base de 31 de março de 2024, o patrimônio líquido contábil, a valor contábil da **SPAT SANEAMENTO S.A.**, sociedade limitada com sede na cidade de Suzano, Estado de São Paulo, na Rua Waldemar Cusma nº 700, bairro Jardim Aeródromo Internacional, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.538.454/0001-95, com seus atos societários devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35300355628, para efeito de incorporação pela **IGUÁ SANEAMENTO S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho nº 1507, 11º andar, bairro Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.159.965/0001-33, com seus atos societários devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35300332351, conclui o quanto exposto neste trabalho.

Objetivo da avaliação

A avaliação técnica do patrimônio líquido contábil em 31 de março de 2024 da Spat Saneamento S.A., cujos detalhes acham-se contidos no Anexo I, tem por objetivo sua incorporação total pela Iguá Saneamento S.A.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

A administração da entidade é responsável pela escrituração dos livros e elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Spat Saneamento S.A.

Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela entidade está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Spat Saneamento S.A. em 31 de março de 2024, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTA 20, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê aplicação de procedimentos de auditoria no balanço patrimonial. Assim efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da entidade de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 93.991.101,49 (noventa e três milhões, novecentos e noventa e um mil, cento e um reais e quarenta e nove centavos), conforme balanço patrimonial em 31 de março de 2024 registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Spat Saneamento S.A. avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A empresa avaliadora declara para os devidos fins que não tem quaisquer interesses diretos ou indiretos na entidade, ou ainda na operação a que o presente laudo se destina. Adicionalmente, informa que não teve por parte dos controladores e administradores das entidades envolvidas qualquer tipo de limitação à realização do trabalho ora efetuado.

Spat Saneamento S.A.

Presidente Prudente, 23 de abril de 2024.

Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0

Leandro Antonio Marini Pires
Sócio
Contador CRC 1SP185232/O-3

Spat Saneamento S.A.
Balanço patrimonial em 31 de março de 2024
Em reais



Anexo I

Ativo	31/03/2024	Passivo	31/03/2024
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	35.982,51	Fornecedores	1.508.069,03
Aplicações financeiras	86.699.116,49	Obrigações fiscais	1.161.030,32
Impostos e contribuições a recuperar	1.716.527,65	Outras obrigações	833,37
Outros ativos	257.171,36		
Total do ativo circulante	88.708.798,01	Total do passivo circulante	2.669.932,72
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo		Provisão para perda em causas judiciais	37.500,00
Impostos e contribuições a recuperar	7.746.806,34	Total do passivo não circulante	37.500,00
Outros ativos	242.929,86		
Total do realizável a longo prazo	7.989.736,20	Total do passivo	2.707.432,72
Total do ativo não circulante	7.989.736,20	Patrimônio líquido	
		Capital social	84.430.000,30
		Reservas de lucros	9.561.101,19
		Total do patrimônio líquido	93.991.101,49
Total do ativo	96.698.534,21	Total do passivo e patrimônio líquido	96.698.534,21

1. Resumo das práticas contábeis utilizadas em 2023

1.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

1.2 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de seguro - estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substituiu o CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro. Uma vez que a Companhia não emite ou emitiu contratos de seguro, nem detém contratos de resseguro, esta norma não é aplicável.
- Definição de estimativas contábeis - Alterações ao IAS 8 - As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2 - As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as

Spat Saneamento S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de março de 2024

Em Reais

Anexo II

entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Única Transação - Alterações ao IAS 12 - As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

1.3 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Sem definição
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01/01/2024

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Spat Saneamento S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de março de 2024

Em Reais

Anexo II

1.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2. Receita líquida

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, o qual foi dividido entre serviços de construção e serviços de operação.

a) Contratos de concessão de serviços e construção

A Companhia reconhece a receita de construção na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo financeiro, pois a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa da concedente pelos serviços de construção prestados.

A Companhia estima que o valor justo da contraprestação de seus ativos financeiros relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais *gross up* do pis e cofins.

b) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio contratual aos recebíveis das obras que ocorrerão até o final da concessão, considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A taxa de desconto utilizada é de 9,08%.

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando (i) identifica as diferentes obrigações do contrato; (ii) determina o preço da transação; (iii) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (iv) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

Spat Saneamento S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de março de 2024

Em Reais

Anexo II

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares e pelo tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela SABESP.

3. Resultado financeiro

Compreendem principalmente os valores de juros sobre financiamentos e sobre aplicações financeiras que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Spat Saneamento S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de março de 2024

Em Reais

Anexo II

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

6. Contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro

Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços e de construção no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

A Companhia não registrou perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa devido a inexistência de histórico de inadimplência da SABESP.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais do acordo de arbitragem e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos.

Spat Saneamento S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de março de 2024

Em Reais

Anexo II

7. Impostos e contribuições a recuperar

Os saldos de tributos no curto prazo serão realizados via compensação com as obrigações presentes. Já os saldos de longo prazo aguardam restituição da Receita Federal.

8. Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que o financiamento esteja em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

9. Provisão para perdas com causas judiciais

As provisões para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, já as contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nessa nota explicativa.

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a mensuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$84.430 (R\$84.430 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 84.430.000 ações ordinárias (84.430.000 em 31 de dezembro de 2022), pertencentes aos seguintes acionistas:

Iguá Saneamento S.A.

2023	2022
100%	100%

No decorrer da execução do contrato de concessão, o capital social não poderá ser reduzido sem a prévia e expressa autorização da SABESP.

Spat Saneamento S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de março de 2024

Em Reais

Anexo II

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Devido ao encerramento do contrato de concessão, a destinação da reserva será deliberada pela Companhia em Assembleia Geral.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente, a Companhia segue o que determina o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

11. Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

12. Instrumentos financeiros

12.1 Categorias dos instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros.

Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

Spat Saneamento S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de março de 2024

Em Reais

Anexo II

b) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”.

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Fatores de riscos financeiros

A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez e de mercado, resultantes de instrumentos financeiros.

i) Estrutura do gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Spat Saneamento S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de março de 2024

Em Reais

Anexo II

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com a SABESP e a inexistência de histórico de inadimplência do cliente que possui credibilidade no mercado. Anualmente, a SABESP contrata a agência de avaliação de crédito e em 27 de dezembro de 2023 foi emitido Fitch Rating nacional a longo prazo AAA (bra), o qual reflete a capacidade desse cliente em honrar de forma pontual e integral com o pagamento da remuneração mensal devida pelo contrato de Parceria Público Privada.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituições financeiras consideradas de primeira linha.

iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e IPC.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma

Spat Saneamento S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de março de 2024

Em Reais

Anexo II

de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas.

13. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia obtém serviços de pessoal-chave da administração diretamente de sua Controladora e não há valores incorridos pela Companhia por esses serviços.

14. Cobertura de seguros

A Companhia tem contratado cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A diretoria revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

15. Compromissos

Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A Companhia está operando sob regime de concessão com os bens do ativo imobilizado do poder concedente, transferidos pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) por meio do Termo de Permissão de Uso de Ativos da Sabesp em 2 de março de 2009. O prazo do contrato de concessão com a SABESP possui vencimento em 1º de fevereiro de 2024 e não será renovado. A Companhia está discutindo os termos de encerramento contratual juntamente à contraparte.

Spat Saneamento S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de março de 2024

Em Reais

Anexo II

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar.

* * *

